

RESENHA:

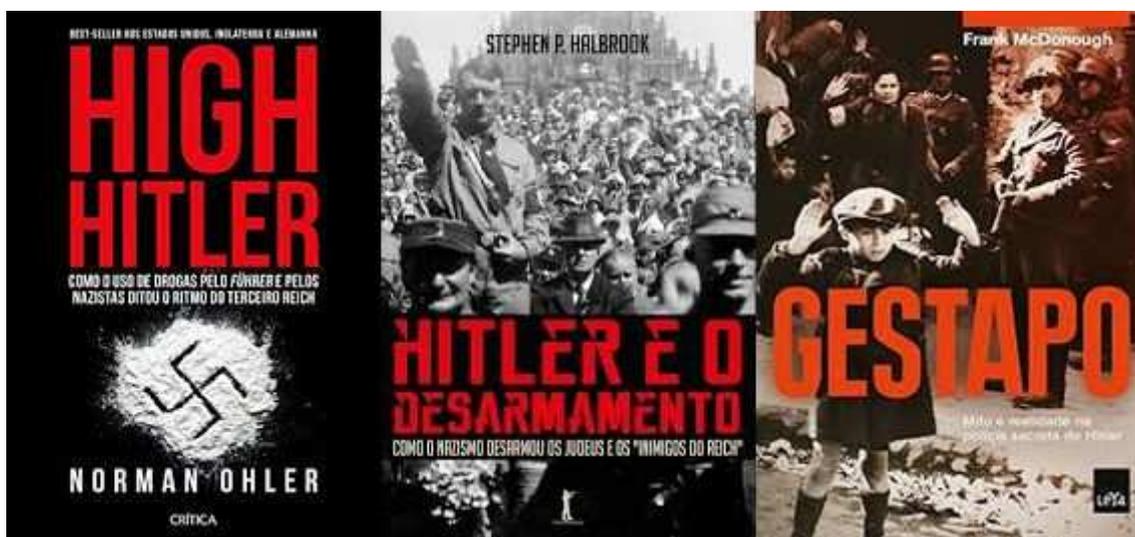
OHLER, Norman. High Hitler – como o uso das drogas pelo Führer e pelos nazistas ditou o ritmo do Terceiro Reich. São Paulo: Planeta, 2017.

HALBROOK, Stephen P. Hitler e o desarmamento. Como o nazismo desarmou os judeus e os "inimigos do Reich". Campinas: Vide Editorial, 2017.

McDONOUGH, Frank. Gestapo: mito e realidade na polícia secreta de Hitler. São Paulo: Leya, 2016.

**Sexo, drogas e armas.
A eterna reinvenção cultural do nazismo**

JOÃO FÁBIO BERTONHA*



O nazismo continua a ser um produto cultural vendável, como demonstra a infinidade de livros, documentários e outros produtos continuamente lançados pela indústria cultural. Do mesmo modo, ele se tornou plástico o suficiente para servir de pano de fundo para os mais diversos interesses e as mais diversas manifestações. Três livros recém lançados nos permitem refletir um pouco sobre isso.

O primeiro livro resenhado aborda o uso de drogas estimulantes no Terceiro Reich. Escrito pelo jornalista alemão Norman Ohler, ele se centra em dois

pontos básicos: o vício em entorpecentes da liderança nazista (e seu papel na derrota alemã na guerra) e o uso maciço de anfetaminas pela máquina militar alemã.

O primeiro tópico não é exatamente uma novidade. Há toda uma mitologia sobre a liderança nazista como depravada e que se consumiu, especialmente no final da guerra, em orgias regadas a álcool, drogas e sexo. Hitler, especialmente, seria um viciado em cocaína, morfina e todo tipo de estimulantes químicos, ministrados especialmente pelo seu médico, dr. Theodor Morell. Ohler

recupera e renova essa mitologia, indicando como o vício de Hitler o teria afastado da realidade, com a consequente tomada de decisões militares absurdas, o que teria acelerado a queda do Terceiro Reich.

O segundo tema do livro é um pouco mais inovador, apesar de não ser uma novidade absoluta. Segundo o autor, a indústria farmacêutica alemã, extremamente desenvolvida, produziu estimulantes à base de anfetamina – como o Pervitin, de uso civil – já na década de 1920. Durante a guerra, o uso desses medicamentos teria sido generalizado, especialmente entre os civis desiludidos pela derrota e entre os militares. Tais estimulantes teriam sido utilizados em massa pelos soldados alemães, especialmente os tripulantes de blindados e aviões, permitindo-os ficar sem sono e cansaço nas longas horas de combate. Para o autor, a *blitzkrieg* alemã não teria sido possível sem a utilização maciça de estimulantes e a historiografia desconheceria esse tema.

O autor, um romancista de sucesso, menciona, em um momento do livro, que a História não passa de uma forma de ficção. Um viés pós-moderno da História que explica, em boa medida, os defeitos e problemas do seu livro e como e porque suas conclusões se revelam falsas quando confrontadas com a metodologia da disciplina histórica, especialmente no trabalho com as fontes.

Inicialmente, é importante considerar que ele baseia sua argumentação em documentos encontrados nos arquivos, especialmente alemães, e não há dúvidas, portanto, que ele fez pesquisa em fontes primárias. O grande problema é que ele parece desconhecer o método histórico e sua pesquisa acaba mais por encobrir a realidade do que revelá-la.

Ele apresenta, por exemplo, vários documentos nos quais surgem indícios de que soldados alemães utilizavam drogas como a anfetamina e, igualmente, que vários líderes nazistas – como Hitler e Goring – eram dependentes de estimulantes ou de suplementos vitamínicos e alimentares. Não há indícios, contudo, nessa documentação, de que essa utilização era tão ampla como o autor sugere ou que as decisões militares equivocadas de Hitler ou Goring tenham tido relação com seus problemas com entorpecentes, os quais, aliás, são claramente exagerados pelo autor. Ou seja, a partir de uma documentação real, o autor extrapola além do possível, criando uma mitologia vendável, mas falsa, de uma sociedade, uma liderança e um Exército movidos a drogas.

Seus próprios dados e informações vão contra essa tese. Ele indica os números de comprimidos de Pervitin adquiridos pela Wehrmacht, na casa das dezenas de milhões, sem levar em conta que nem todos podem ter sido utilizados e que, além disso, esses milhões pouco representavam frente ao tamanho das Forças Armadas alemãs, para não falar da população civil da Alemanha. O esforço do regime nazista contra as drogas – incluindo lideranças como o dr. Conti e os próprios comandantes militares – também indica que o uso de anfetaminas existia, mas era visto como um problema a ser combatido, o que também enfraquece a tese de um sistema militar e político moldado pelas drogas.

A tese do autor, portanto, é muito frágil e ainda acaba por dar uma certa absolvição moral aos militares alemães que cometeram atrocidades e também ao próprio povo alemão, que sustentou Hitler. Afinal, um povo de drogados pode ser visto com pena, mas não como responsável. O livro pode ter vendido

bem na Alemanha justamente por isso, por agradar um público específico, mas isso não o torna mais crível.

Outro livro que deve ter tido boa vendagem justamente por escrever o que seus leitores querem é o de Stephen Halbrook. Sua tese é bastante simples: os regimes autoritários em geral, e o nazismo em particular, consideram que uma população civil desarmada é mais facilmente controlável e, portanto, se preocupariam de forma obsessiva em desarmá-la, recolhendo todos os tipos de armamento pessoal, como pistolas, revólveres e fuzis. Em defesa dessa teoria, o autor também fez pesquisa em fontes primárias e na bibliografia relevante, indicando o aparato legal, as campanhas e os esforços para recolher as armas de fogo entre os alemães e também, posteriormente, nos territórios ocupados.

Que o nazismo procurou desarmar a população civil é uma informação óbvia. Com raras exceções, os Estados, sejam democracias ou ditaduras, defendem o monopólio da violência e que a posse de armas seja restrita aos legalmente aptos a exercer esse monopólio, como policiais e soldados. Essa regra nem sempre é aplicada ao pé da letra e existem variações entre sociedades que defendem a posse quase irrestrita de armas, como os Estados Unidos, e outras com restrições quase absolutas, como o Japão. O controle de armas, de qualquer forma, não é uma característica exclusiva de Estados autoritários ou com viés totalitário.

Ainda assim, é evidente que tais Estados procuravam limitar a posse de armas pela população civil, especialmente em territórios conquistados. Desarmar a população é uma forma de limitar ou dificultar a resistência e faz todo o sentido que o nazismo defendesse essa

postura com especial cuidado. Até aqui, a proposta do autor faz algum sentido.

O problema é quando ele deixa a entender que, se os alemães estivessem armados, poderiam ter defendido a democracia na Alemanha e/ou deposto Hitler quando ele começou a levar o país à ruína. Ou, ainda, que os judeus, se armados, poderiam ter resistido melhor à perseguição e ao genocídio promovido pelo nazismo.

É difícil acreditar que os democratas alemães ou os judeus poderiam ter resistido eficazmente, com fuzis de caça e pistolas, ao poder das divisões armadas da SS ou do Exército alemão. Isso é tão pouco provável que o próprio autor, em vários momentos, afirma que não defende essa tese. No entanto, elas estão implícitas em quase todo o livro e refletem a sua posição política: a posse de armas seria um elemento fundamental em defesa da democracia e das liberdades individuais.

Sendo ele advogado e militante da *National Rifle Association*, essa correlação faz todo o sentido. Novamente, identificamos hipóteses baseadas em documentos e pesquisa, mas que são esgarçadas pelo interesse político a tal ponto que perdem o sentido. Uma população armada pode, talvez, ser um problema nos planos de uma ditadura, mas um de pequena monta, especialmente se as forças armadas e paramilitares ficarem do lado do poder. Fuzis de caça ou pistolas não são páreo para tanques, artilharia e metralhadoras e é inacreditável que esse fato óbvio tenha que ser recordado.

O terceiro livro a resenhar é mais um dedicado à polícia política alemã, a Gestapo. É um livro escrito por um historiador, Frank McDonough, e que faz uso adequado de uma documentação específica – os arquivos da Gestapo de

Dusseldorf – para discutir temas e questões fundamentais. Até que ponto a Gestapo tinha condições efetivas de controlar a população alemã? Quem eram os seus agentes e quais suas motivações? Quem eram seus alvos e vítimas?

Sua conclusão é que a Gestapo só funcionava porque contava com uma rede de apoio entre a população alemã, a qual a abastecia de denúncias e acusações. Estas eram investigadas e analisadas segundo um viés profissional e não da forma arbitrária e brutal que tradicionalmente imaginamos.

Num certo sentido, esse livro pertence ao filão recentes de estudos a respeito das polícias políticas das ditaduras, o qual procura entender o seu sistema de funcionamento e suas intersecções com a sociedade. A PIDE portuguesa, a OVRA italiana, a DOPS brasileiro e tantas outras foram investigadas nessa perspectiva e as conclusões do autor sobre a Gestapo se aproximam da auferida por outros pesquisadores sobre outros casos e contextos, ou seja, que as polícias políticas eram cruciais para o funcionamento e a manutenção das ditaduras, mas que não eram tão onipresentes como se imaginou posteriormente.

Evidentemente, cabe chamar a atenção para o outro lado da questão, pois nem a Gestapo nem outros órgãos repressivos podem ser vistos de forma isolada. A polícia política podia, sempre, contar com o apoio de unidades do Exército, da SS e também das outras forças de polícia. A Gestapo realmente não era a principal força de repressão do Terceiro Reich a partir de certa época, mas ela só pode ser avaliada – em seus limites e em sua abrangência - dentro de um conjunto maior, nunca isoladamente.

O que mais chama a atenção, nesse livro, contudo, é que, após essa discussão inicial sobre os limites do poder e da violência da Gestapo, sucedem-se vários capítulos explorando justamente essa violência, frente aos judeus, aos comunistas, aos religiosos, etc. Os julgamentos, as prisões, o arbítrio e a violência física reaparecem com força total mesmo após o autor ter se questionado sobre os seus limites.

Claro que a violência totalitária deve ser continuamente recordada, mas o que merece ser evidenciado é que mesmo um estudo acadêmico sério como esse pode ter atraído leitores não pela sua discussão historiográfica, mas porque a brutalidade e a violência, mesmo estetizada e no papel, fascinam. Susan Sontag chamou a atenção para isso anos atrás e sua conclusão não parece ter se tornado obsoleta.

Na verdade, há muito que tenho feito um esforço de observação sistemático de livrarias e bancas de jornal para acompanhar a demanda popular pelo tema do nazismo. Nas revistas de divulgação histórica, é provável que as capas com Hitler ou outros temas nazistas sejam as mais numerosas, superando temáticas como o cristianismo, o Islã e outros que também têm demanda popular. Tenho a sensação, inclusive, que basta haver uma queda nas vendas para os editores, imediatamente, ordenarem uma capa com o nazismo na edição seguinte.

No caso dos livros e documentários produzidos para a TV (hoje disponíveis facilmente no YouTube e na Netflix), o fluxo de produção é tamanho que é difícil adquirir o que é produzido e/ou assistir tudo. E isso num país como o Brasil, no qual a atuação nazista, apesar de importante, não teve obviamente o mesmo impacto que na Alemanha ou na Polônia.

A parte positiva disso é que se abre um espaço para a tradução em português, de obras publicadas originalmente em inglês ou alemão, enquanto outros temas históricos não merecem a mesma atenção. No entanto, isso não muda o fato que parte expressiva das traduções são de obras menores publicadas por autores de outros países (onde o interesse da indústria cultural pelo nazismo também está presente), suplementadas por outras produzidas localmente.

Para manter o interesse do público, boa parte do produzido é rotulado como “novidades”, “revelações” ou “verdades escondidas”, reciclando coisas já sabidas ou fazendo sensacionalismo a partir de boatos ou detalhes. Reciclar mitos e criar narrativas atrativas, mas desprovidas de pesquisas sólidas e documentadas, também são estratégias comuns.

O nazismo, dessa forma, foi uma experiência histórica real e que deve ser

estudado dessa forma, a partir das fontes, dos documentos e da historiografia já produzida sobre ele. Enquanto produto cultural vendável, contudo, ele tem uma plasticidade maior. Ele pode ser reduzido a efemérides, a curiosidades ou servir de argumento para as mais diferentes bandeiras, como os livros aqui resenhados o indicam. Mais uma razão para combatermos as propostas do pós-modernismo que, ao igualarem todos os discursos, abriam margem para a pós-verdade em que, infelizmente, estamos. Todo mundo é livre para estudar o nazismo ou vê-lo a partir da sua ótica própria, mas o método histórico é ainda imprescindível para separar o joio do trigo, especialmente quando há tanto joio ao redor.

Recebido em 2019-10-03

Publicado em 2019-10-25



* **JOÃO FÁBIO BERTONHA** é professor de História (graduação e pós-graduação) na Universidade Estadual de Maringá/PR e pesquisador do CNPq, com bolsa produtividade. Doutor em História pela Universidade Estadual de Campinas, com estágio de Doutorado Sanduíche na Itália (1995-1996), financiado pela Capes e pelo Ministero degli Affari Esteri italiano. Tem pós-Doutorados pela Università di Roma (2010-2011), pela USP (2012) e pela European University Institute de Firenze (2014-2015), com bolsas CNPq e Capes. Também tem o título de Livre Docente em História (USP, 2014).